



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 3, art. 1, p. 3-19, mar. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.3.1

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



“# Eu, Empregada Doméstica”: Entre A Dominação Afetiva e a Precariedade Subjetiva

"#I Maid": Between Affective Domination and Subjective Precariousness

Renan Gomes de Moura

Doutorado em Administração pela Universidade do Grande Rio

Mestre em Administração pela Universidade do Grande Rio

E-mail: renangmoura@gmail.com

Daniele dos Santos Zeferino

Mestrado em Administração do PPGA UNIGRANRIO

Graduação em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: danielzeferino@gmail.com

Rejane Prevot Nascimento

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Docente permanente do PPGA UNIGRANRIO

E-mail: rejaneprevot@uol.com.br

Endereço: Renan Gomes de Moura

UNIGRANRIO – Campus II / Lapa. Rua da Lapa, 86 - 9º andar. Lapa - Rio de Janeiro - CEP 20021-180, Brasil.

Endereço: Daniele dos Santos Zeferino

UNIGRANRIO – Campus II / Lapa. Rua da Lapa, 86 - 9º andar. Lapa - Rio de Janeiro - CEP 20021-180, Brasil.

Endereço: Rejane Prevot Nascimento

UNIGRANRIO – Campus II / Lapa. Rua da Lapa, 86 - 9º andar. Lapa - Rio de Janeiro - CEP 20021-180, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues.

Artigo recebido em 09/11/2019. Última versão recebida em 26/11/2019. Aprovado em 27/11/2019.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

Apoio e financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).



RESUMO

Quando se fala de emprego doméstico, o imaginário da população é limitado e só consegue imaginar um trabalhador bem estereotipado, sendo do gênero feminino, negra e pobre. Contudo, ninguém é capaz de inferir o que decorre das relações de trabalho do trabalho doméstico. Podemos imaginar um ambiente de trabalho amistoso, igualitário e pautado nas melhores práticas entre patrões e trabalhadoras domésticas? Le Guillant (2006) observa que a condição de empregada doméstica está enraizada no ressentimento e na humilhação, uma vez que sua atividade é colocada em um lugar social desqualificado. Nesse contexto, indaga-se: O que desvelam os relatos de trabalhadoras domésticas sobre suas condições e relações de trabalho no emprego doméstico? O presente artigo visa analisar e desvelar essas questões a partir de relatos feitos por trabalhadoras em uma página de uma rede social. Para analisar o corpus de pesquisa, optou-se pela Análise de Narrativas.

Palavras-chave: Trabalhadoras Domésticas. Trabalho. Precarização. Dominação Afetiva

ABSTRACT

When talking about domestic employment the imaginary of the population is limited and can only imagine a worker, well stereotyped, being female, black and poor, however, no one is able to infer what is stemming from work relations of work Domestic. Can we imagine a friendly, egalitarian work environment based on best practices among employers and domestic workers? Le Guillant (2006) notes that the status of maid is rooted in resentment and humiliation, since her activity is placed in a disqualified social place. In this context, it is asked: What do the reports of domestic workers about their working conditions and relationships in domestic employment be unveiled? This article aims to analyze and unveil these issues from reports made by workers on a social network page. To analyze the research corpus, narrative analysis was chosen.

Keywords: Domestic Workers. Work. Precariousness, Affective Domination.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala de emprego doméstico, o imaginário da população é limitado e só consegue imaginar um trabalhador bem estereotipado, sendo do gênero feminino, negra e pobre. Contudo, ninguém é capaz de inferir como se caracterizam e o que decorre das relações de trabalho do emprego doméstico. Podemos imaginar um ambiente de trabalho amistoso, igualitário e pautado nas melhores práticas entre patrões e trabalhadoras domésticas?

No imaginário social, a trabalhadora doméstica traz um sentido de invisibilidade simbólica no que tange à construção de um trabalho precário, ou até mesmo é visto como não-trabalho, ocupado majoritariamente por mulheres, pois esse segmento foi marcado por uma questão de gênero, ou seja, socialmente o emprego doméstico é tido como um trabalho “feito” para ser ocupado por mulheres (TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014). Essa divisão social do trabalho doméstico está ancorada nos valores da sociedade brasileira pós-escravocrata, uma vez que tanto a mulher livre, quanto as escravas tiveram o trabalho restrito à esfera doméstica, ou seja, eram responsáveis pela subsistência da família, bem como pela reprodução (ANTUNES; SILVA, 2004). O Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA, 2009) caracteriza o trabalho doméstico, no contexto brasileiro, como um legado da história patriarcal e escravocrata, que possui em seu cerne a convergência das desigualdades de raça e gênero de forma cumulativa.

Mesmo reconhecendo que a figura da empregada doméstica se faz presente no cotidiano brasileiro, tendo sua origem no trabalho escravo (TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014; NASCIMENTO, 2009; KOFES, 2001), essas trabalhadoras ainda permanecem à margem da ciência, que foi hegemonicamente construída de modo que não contemple os sujeitos “marginalizados”, em particular as mulheres que sobrevivem do trabalho doméstico, pois, segundo a sociologia das profissões, essas mulheres não possuem uma profissão, mas sim uma ocupação (TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014) sobre a qual, de um ponto de vista bem crítico, Kofes (2001) evidencia que a única diferença entre o trabalho realizado pelas escravas e o das trabalhadoras domésticas consiste no assalariamento, principalmente daquelas que moram no local de trabalho.

Deve-se destacar que as trabalhadoras domésticas estão envolvidas em um conjunto de situações humilhantes, que abarcam diversos elementos tais como: o quarto de empregada, o modo de se vestir, a linguagem utilizada com elas e, principalmente, as relações de dependência e submissão (SILVA *et al.*, 2017). Embora Le Guillant (2006) reconheça a existência de “patrões” gentis e/ou “amáveis”, ele não descarta as contradições que são

vivenciadas nas relações de trabalho entre “patrão” e “empregada”. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) [201-], no mundo há cerca de 67 milhões de trabalhadores domésticos, sendo que 80% dessa população é composta por mulheres, as quais possuem o nível de remuneração mais baixo dentro do mundo do trabalho. Já no cenário brasileiro, estima-se que há cerca de 6,158 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 92% são mulheres e que enfrentam a precariedade do trabalho, sendo que muitas são diaristas (OIT, [201-]). Além disso, Le Guillant (2006) observa que a condição de empregada doméstica está enraizada no ressentimento e na humilhação, uma vez que sua atividade é colocada em um lugar social desqualificado. Nesse contexto, indaga-se: O que desvelam os relatos de empregadas domésticas sobre suas condições e relações de trabalho? Posto isso, o presente artigo compromete-se em analisar e desvelar essas questões a partir de relatos feitos por trabalhadoras em uma página de uma rede social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Emprego Doméstico e Subjetividade

Antes de compreender a relação existente entre emprego doméstico e subjetividade, é importante expor o conceito de subjetividade, embora possa ser conceituado de diferentes formas, segundo cada teórico da área. Mas adotamos aqui que a subjetividade é aquilo “que permite a particularidade do indivíduo, seja nas esferas constitutivas das funções psíquicas, da atividade, da consciência, seja nas da própria personalidade” (SILVA, 2009, p. 171), contudo sua gênese encontra-se “nas relações sociais do indivíduo, quando ele se apropria (ou subjetiva) de tais relações de forma única (da mesma maneira ocorre o processo de objetivação)” (SILVA, 2009, p.172). Nessa linha de pensamento, Linhart (2014, p. 3) relata que “a ‘precariedade subjetiva’ não é estranha ao sofrimento que se inscreve cada vez mais na relação com o trabalho moderno; seria, inclusive, uma de suas características”.

Segundo Linhart (2014), a precariedade subjetiva é captada para além dos trabalhadores em situações configuradas como de precarização, mas também é apreendida em trabalhos formais e efetivos, nos quais a exploração do empregado é dissimulada em excesso de cobranças por resultados, culminando assim em uma vulnerabilidade do trabalhador. Dessa forma, o empregado se sente isolado e inerte, em situações de injustiça e não tendo opções a quem recorrer em caso de arbitrariedades. Esses sentimentos provocam

nele diminuição da autoestima, insegurança e dúvidas quanto a seu desempenho (LINHART, 2014), o que o deixa ainda mais engessado nas regras (im)postas pelas organizações.

As relações de trabalho possibilitam o uso de práticas que atuam em consonância com os interesses de uma determinada classe, visando promover a manutenção e superação de diversos conflitos existentes na sociedade (RANIERI; SILVA, 2011). Como exemplo dessa questão, têm-se as relações oriundas do trabalho das domésticas, uma vez que essas não atuam em empresas, mas sim em casas e lares, sendo esse um espaço privado e lugar de excelência de criação de vínculos afetivos. Contudo, é possível questionar se o comportamento das domésticas é orientado por meio de um padrão ideológico sustentado por uma valorização da afetividade (FERRAZ *et al.*, 2017). Desta forma, pode-se considerar que esse ambiente é o ideal para se estabelecer relações afetivas que, de certo modo, orientam os comportamentos de acordo com o interesse de outro grupo social (Gondim e outros., 2009), uma vez que há uma forte ambivalência nas relações de trabalho existentes entre patrões e empregadas, baseando-se no imbricamento entre paternalismo, lealdade, regulamentação jurídica e lógica de mercado (VIDAL, 2009).

Essa relação pode desencadear no que Goldstein (2003) chama de “ambiguidade afetiva” entre empregadas domésticas e empregadores, possibilitando a existência de uma relação de dominação que, muitas das vezes, não é vista como tal. Essa ambiguidade dá-se quando as relações de afetividade vão se construindo no relacionamento entre a empregada e a família, especialmente nas relações que envolvem a patroa e seus filhos, envolvendo ao mesmo tempo um forte sentimento de amor, intimidade, submissão e hierarquia (Brites, 2007). Weber (1991) salienta ainda que existe um tipo de denominação chamado de dominação afetiva, para esse autor esse tipo de dominação é uma relação de poder que busca se legitimar com base na afetividade e inclinação pessoal do subordinado. Sendo assim, essa dominação é enraizada em práticas que envolvem o carisma do líder, atos de heroísmo, etc.

Goldstein (2003) observa que “é na troca afetiva entre aquelas que podem pagar pela ajuda doméstica e as [mulheres] pobres que oferecem seus serviços que as relações de classe são praticadas e reproduzidas”. Nesse contexto, Brites (2007) observa que a ambiguidade afetiva é capaz de estabelecer uma dependência emocional entre patrões e empregadas, por exemplo, quando empregadas são dispensadas ou mudam de emprego, elas podem ter uma enorme perda afetiva, podendo desenvolver diversas doenças como a depressão, por exemplo.

Brites (2007) observa ainda que há uma profunda relação afetiva entre as empregadas e os filhos da patroa. Essa relação existe devido a muitos pais que, ao saírem para trabalhar, deixam os filhos em casa com as empregadas (BRITES, 2007), ou seja, essas trabalhadoras

acabam exercendo também a função de babá. Brites (2007) observa ainda que é na convivência e nas relações cordiais com as crianças que se desenvolve o afeto. Nesse contexto, Ehrenreich e Hochschild (2004) observam que a babá não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. O dia dela tem apenas tantas horas. Quanto mais tempo e energia ela dá aos filhos, ela é paga para amar, assim menos tempo e energia ela pode dar a seus próprios filhos. Mas o amor em si também é um recurso?

Essa relação afetiva acaba por intervir no salário das empregadas, pois o valor pago passa a variar de acordo com o grau de afetividade que essas trabalhadoras constroem com a família, assim a relação hierárquica passa a se distanciar das relações entre empregadas e patrão (GIRARD-NUNES; SILVA, 2013). Contudo, essa relação não pode ser vista como algo benéfico ou como uma proteção fornecida pelos patrões, considerando que essas relações são vistas constantemente como fatores que impedem a regulamentação dos salários das domésticas (GIRARD-NUNES; SILVA, 2013).

As relações entre empregadas domésticas e empregadores são perpassadas por relações de afetividade, hierarquia e submissão ambíguas e contraditórias. Tais relações, por um lado, dificultam a incorporação de novos valores de cidadania para as empregadas domésticas, que são vistas como pessoas que devem lealdade aos seus patrões; por outro, permitem um processo de subjetivação das domésticas que traz consigo um distanciamento crítico de tal relação (GIRARD-NUNES; SILVA, 2013, p. 602).

O discurso muito recorrente de que a empregada doméstica ‘é da família’ ou tratada como tal propaga assim a ideia de amizade, possibilitando que o empregador possa se omitir dos deveres na relação de trabalho. Para algumas empregadas domésticas, a suposta atenção dos patrões e o fato de sentirem-se ‘da família’ ou serem “tratadas como gente” sobrepuja a obrigatoriedade de cumprimento de direitos trabalhistas (SILVA, 2013, p. 137).

Indo além da esfera afetiva, Le Guillant (2006, p.243) afirma que as situações às quais as domésticas estão submetidas são de caráter que envolve “mecanismos psicológicos ou psicopatológicos muito mais gerais. Na verdade, ela situa-se em uma das dimensões fundamentais da condição humana: dominação versus servidão, dimensão insuficientemente explorada”, que é reforçada devido ao mercado de trabalho das domésticas ter se construído a partir da articulação das desigualdades sociais existentes entre empregadas e empregadores (GIRARD-NUNES; SILVA, 2013). Silva e outros (2017) observam que a humilhação é um comportamento a que as empregadas domésticas estão submetidas, que se manifesta no modo de se vestir e na linguagem. Embora o ressentimento e a humilhação sejam atos que regem o emprego das empregadas domésticas, estes não são os únicos, pois essas trabalhadoras são

marcadas também por sentimentos ambíguos, tais como: admiração, ciúme, inveja, ódio e amor, na relação dos empregadores com as empregadas, na afeição que sentem pelas crianças da família e pelo relacionamento baseado na proximidade (SILVA *et al.*, 2017).

As empregadas domésticas são sujeitos que atravessam o processo de subjetivação em uma constante tensão, entre se afirmarem como sujeitos autônomos e cidadãs que possuem direitos, cuja submissão ao poder dos patrões, em um contexto de menos valia, é gerado por uma atividade laboral desvalorizada socialmente (SILVA *et al.*, 2017).

3 METODOLOGIA

O corpus da pesquisa foi construído a partir do relato de 06 empregadas domésticas e diaristas que se manifestaram em uma página de uma rede social denominada “Eu Empregada Doméstica”. A página possui como objetivo receber relatos de empregadas e *prints* de anúncios de empregos abusivos e então compartilhar com os seguidores, com o intuito de evidenciar as condições e relações de trabalho a que se submetem as empregadas domésticas e diaristas.

Os relatos são divulgados de forma anônima, o que sugere receio de as profissionais serem identificadas e punidas pelas narrativas. Em contrapartida, por serem sem autoria, os relatos são detalhados e diretos.

Para analisar o corpus de pesquisa, optou-se pela Análise de Narrativas. As narrativas podem se apresentar de diferentes formas e podem ser encontradas em diversos lugares (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013). Sendo assim, algumas histórias podem ser breves, contribuindo pouco com o conhecimento experiencial, porém dão vida a um problema central para pesquisas ou que mostrem a complexidade desses problemas de pesquisa, nas quais essas cenas são chamadas de “relatos” ou “pequenas narrativas” (STAKE, 2011). Embora existam variedades de narrativas, estas devem obrigatoriamente apresentar um elemento comum, sendo esse a ação complicadora, que consiste em uma sequência temporal de orações de cunho narrativo na qual o narrador conta o que aconteceu e que a história narrada deve ter ao menos duas orações que remetem a um passado temporal (BASTOS; BIAR, 2015), pois esse é o menor requisito para se ter uma “pequena narrativa” ou “relato” (BASTOS; BIAR, 2015; STAKE, 2011).

Dentro desse contexto, os relatos são passíveis de serem analisados pela ótica da análise de narrativas, considerando que esse método de análise não possui apenas como objetivo explorar o que é relatado, mas também a forma como é relatado (MUYLAERT;

OUTROS, 2014). As narrativas são dispositivos argumentativos que produzem significados cuja estruturação, em forma de relatos, obedece aos interesses dos narradores, que podem ser interesses individuais ou institucionais, em uma relação direta com o interlocutor (Motta, 2013).

Ressalta-se que as narrativas não são histórias para serem julgadas como verdadeiras ou falsas, ou seja, não estão abertas à comprovação, pois em sua natureza elas já passam a verdade de um ponto de vista de quem conta a história e de um situação que está localizada em um espaço e tempo, sendo assim, estão sempre inseridas em um contexto sócio-histórico (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013). Posto isso, nenhuma narrativa é formulada fora de um sistema de referências, sendo necessário que o pesquisador, em dado momento, discuta a história observando que ela possui dois lados: o que representa o indivíduo e o mundo que está além desse sujeito (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013; MOTTA, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Apresentação e Análise do Corpus da Pesquisa

As categorias de análise foram construídas a partir da leitura dos relatos, estabelecendo articulações com o referencial teórico do estudo.

4.2 Eixo de Discussão: Relações de Trabalho e Subjetividade

Esse eixo temático concentra-se em evidenciar e analisar como a subjetividade das trabalhadoras domésticas é capturada por meio das relações de trabalho. Sendo assim, essa seção abarca duas categorias, sendo elas: apropriação da subjetividade por meio do controle social e a captura da subjetividade através da dominação afetiva.

4.3 #Apropriação da Subjetividade por meio do Controle Social

Essa categoria buscou mostrar como ocorre a apropriação da subjetividade por meio do controle social, que foi exposta em diversos relatos, como foi o caso do relato 01, segundo o qual uma integrante ouviu de uma das suas empregadoras, devido à manifestação de que queria estudar, a seguinte frase: “Nossa, Joyce, você faz faxina tão bem! Já nasceu pra isso. É de família, né?” (Relato 01). Outra seguidora da página relatou algo parecido: "Julia, você

tem que ser feliz no que já está predestinado. Sua vó e sua mãe não eram empregadas domésticas e criaram uma família bonita e feliz? Então é isso, vc tem que achar a felicidade no seu trabalho de faxina também" (Relato 02).

Por meio desses relatos, é possível compreender que o “ser empregada doméstica”, para as patroas, é uma condição hereditária e a profissão é passada entre as gerações, sendo impossível para elas imaginarem a empregada doméstica em uma outra profissão, sendo assim convencê-las e tomarem “consciência” de que nasceram para o emprego doméstico é, também, uma forma de capturar a subjetividade destas e manter um controle social, pois, de acordo com Silva (2009), a subjetividade abarca diversas particularidades do indivíduo, dentre elas a esfera da consciência.

Ressalta-se ainda que essas falas mostram como se expressam as práticas que buscam manter os privilégios de uma determinada classe, pois as falas das patroas, expressas nos relatos, mostram que, em um contexto social, ser empregada doméstica não é uma escolha profissional ou uma opção para se ter renda, mas sim uma “vocação” para determinados indivíduos que são pertencentes às classes mais pobres. Essa questão já foi exposta por Ranieri e Silva (2011) ao apontarem que determinadas classes buscam atuar de acordo com seus interesses e para isso buscam promover a manutenção de diversos “conflitos” sociais, que no relato 02 a patroa busca manter o interesse da classe em poder ter o “direito” de se ter empregada doméstica e para isso utiliza um discurso que busca atingir as funções psíquicas da trabalhadora ao falar da relação entre empregada doméstica e felicidade, fato apontado por Silva (2009), ao expor que a subjetividade também engloba a esfera psíquica.

O posicionamento das patroas evidencia também que, além de hereditário, o “ser empregada doméstica” é uma profissão tipicamente feminina, ou seja, feito para ser ocupada por mulheres, como já apontado por Teixeira, Carrieri e Mafra (2014). Mas questiona-se: Quais mulheres? O que se pode inferir é que esse trabalho deve ser ocupado pelas mulheres pobres e negras, pois é uma heranç a do período escravocrata, assim como foi apontado por Antunes e Silva (2004).

Outros relatos evidenciam, também, a apropriação da subjetividade por meio do controle da vida privada das empregadas domésticas, bem como suas particularidades. O Relato 03 ilustra que uma das empregadoras solicitou que a empregada doméstica fosse trabalhar “mais simples”, pois as moradoras do prédio diziam   empregadora que a mulher que trabalhava na casa dela não tinha “cara” de empregada doméstica.

Venha o mais discreta possível, sem maquiagem, sem salto, roupas neutras e cabelo preso, porque as patroas estão falando que vc é muito arrumada pra doméstica... Fiquei me sentindo vazia totalmente eu empregada doméstica não posso usar maquiagem, não posso usar meu cabelo como gosto, não posso usar roupas com cor, não posso usar salto alto que amo ... Se quiser arrumar um trabalho, tenho que parecer uma pessoa sem graça, sem vida, sem estilo próprio (Relato 03).

Por meio do relato anterior, é possível criar diversos questionamentos, como por exemplo: O que seria ter aparência de empregada? Por que uma empregada “bem arrumada” incomoda as outras moradoras do prédio? Contudo, ao solicitar que vá menos maquiada e com cabelos presos, causa um incômodo e um sentimento ruim, uma vez que relata se sentir vazia por conta dessas solicitações. Esse relato permite compreender que esse esvaziamento nada mais é do que a captura da subjetividade desta pela empregadora, ou seja, para que a empregadora mostre para as demais pessoas que habitam o prédio que ela possui uma empregada doméstica foi necessário que toda a individualidade da empregada fosse deixada de lado e essa deveria usar “roupas de empregada”, sendo também uma forma de humilhação, pois como aponta Silva *et al.* (2017), as vestes das empregadas domésticas fazem parte do sistema de um grande sistema de humilhação que abarca outras atitudes e questões.

Minha patroa usa conhecido para me seguir em redes sociais para bisbilhotar o que você posta, e ainda alega que não tem interesse em nada da sua vida, gente, eu custei muito a acreditar que isso era possível de existir, às vezes penso estar vivendo um pesadelo, ela humilha de tantas formas, com roupas, com palavras, com atitudes... antes eu chorava e me culpava por estar vivendo essa situação (Relato 04).

O pequeno relato da trabalhadora anterior mostra que a patroa buscava controlar e monitorar toda a vida de sua empregada doméstica, contudo era extremamente contraditória ao afirmar que não tinha interesse na vida dela. Assim, esse controle não é a única forma de se capturar a subjetividade desta trabalhadora, uma vez que ela também utilizava palavras, atitudes e vestimentas para humilhar e fazer com que a empregada doméstica se sentisse culpada por tudo que a empregadora não considerava certo na sua vida pessoal, o que acabou culminando na precariedade da subjetividade, pois, de acordo com Linhart (2014), a precariedade subjetiva está contida também no sofrimento decorrente das relações de trabalho.

4.5 #Captura da Subjetividade Mediante a Dominação Afetiva

Nessa categoria buscou-se discutir como ocorre a captura da subjetividade nas relações de trabalho por meio da dominação afetiva. Uma das trabalhadoras domésticas

relatou que teve empregadores gentis e cordiais e que as relatos da página soavam como fantasiosos, até o dia em que ela vivenciou o que outras trabalhadoras relatavam “[...] hoje trabalho para uma pessoa que se mostra amiga, querida, adorável e de super bem com a vida, mas que na verdade não passa de uma bruxa, que proíbe e briga te humilhando por causa da imagem que você usa no perfil do WhatsApp (me bloqueou)” (Relato 04).

Enfim, o principal motivo pelo qual eu escrevo esse relato é para botar para fora a tristeza e indignação que sinto ao saber que dediquei 5 anos da minha vida para cuidar do pai de um Advogado e de uma Professora que sempre disseram me "tratar como filha", mas, que, na realidade, nunca se preocuparam comigo... Tanto que me deixaram como caseiro da casa deles ao irem viajar, pois me disseram que não tinha lugar no carro pra mim. A única lembrança boa que guardo é uma camiseta que ele me deu de amigo secreto, após dizer que eu era o seu "amigo mesmo"... Apesar do seu jeito ranzinza e mandão, acho que ele foi uma das poucas pessoas sinceras que eu conheci... Hoje, mesmo após alguns meses do falecimento desse meu tio, não há um único dia que eu não penso em suicídio, pois sinto que o meu corpo preto sempre foi deixado de lado e ninguém nunca me amou, sendo que a sobrecarga à qual fui submetido e a depressão contribuem também (Relato 01).

O relato 04 mostra a dicotomia de comportamentos da patroa com a empregada doméstica, que inicialmente cria laços afetivos para então controlá-la. Já o relato 01, relato que evidencia outras formas de dominação afetiva, que são capazes de marcar os trabalhadores domésticos de formas profundas, contudo o trabalhador ainda criou laços afetivos com um dos seus patrões, o que o fez suportar toda a precarização do trabalho. Por meio dos dois relatos, é possível compreender que os empregadores utilizam a criação dos laços afetivos de forma estratégica a se beneficiarem, sem se importarem no que isso pode causar no trabalhador. O que se mostra nessas relações de trabalho é a desvalorização do emprego doméstico e a submissão deste trabalhador, utilizando os laços efetivados, como afirmam Girard-Nunes e Silva (2013) e Silva e outros (2017) ao expor que a relação entre patrão e empregado se dá, também, por meio da submissão. As falas anteriores reafirmam o pensamento de Le Guillant (2006) ao apontar que, mesmo que patrões sejam gentis com as trabalhadoras domésticas, é impossível descartar as contradições que habitam as relações de trabalho entre empregador e empregada.

Outros relatos evidenciam como a dominação afetiva faz com que os empregadores explorem a força de trabalho da empregada doméstica.

Minha tia trabalha de doméstica numa casa há mais de 30 anos. Ela sempre morou lá e voltava para passar os fins de semana em casa. Minha tia ajudou a criar os filhos e o neto. O patrão morreu há alguns anos. Há pelo menos uns 5 anos, minha tia não recebe salário... Nada! Nenhum salário! Nenhuma ajuda de custo! A família tinha

uma loja que entrou em crise e faliu. Eles moravam num bairro luxuoso e colocaram o apartamento à venda. Disseram para minha tia q quando vendessem o apartamento quitariam tudo. Então... O apartamento foi vendido por milhões, compraram outro, levantaram a loja e minha tia... Nada!!!! Minha tia já é uma senhora de quase 70 anos. Ama seus patrões como sua família e eles se aproveitam disso. Conseguimos convencer ela de sair do trabalho. Ela saiu, passou o dia inteiro chorando e no dia seguinte, voltou para a casa da patroa. (Relato 05)

Fui admitida em novembro de 2014, nessa época já era advogada, mas resolvi estudar para concurso e precisaria de dinheiro para me bancar, daí resolvi aceitar a proposta da minha ex-patroa, que na época trabalhava num banco da cidade. Ela havia me dito que faríamos um "acordo de cavalheiros", ou seja, um pacto verbal, em que as partes envolvidas dispensam formalidades legais, embora em 10/11/2014 tenha assinado a minha CTPS como doméstica. Ela me disse: "quero uma pessoa para em primeiro lugar cuidar da minha filha no período da manhã e depois organizar o apartamento. (Relato 06).

O relato 05 mostra como os patrões exploraram a empregada doméstica por meio da criação de laços afetivos com toda a família, isso inclui os filhos do casal, e mesmo o fato de a empregada já ser uma senhora de 70 anos a exploração afetiva ainda se faz presente. Logo, esse contexto revela como a empregada doméstica, após ter sido demitida, sofreu psicologicamente por se separar da família para a qual trabalhou por 30 anos, ou seja, por meio dos laços afeitos teve sua subjetividade capturada pelos patrões. Posto isso, pode-se inferir que sua personalidade e consciência foram apagadas pela dominação afetiva. O fato de ela amar o patrão, conforme relata a sobrinha, pode evidenciar que houve uma relação de paternalismo e lealdade entre empregador e empregada, como já foi observado por Vidal (2009).

Outro ponto que os relatos mostram refere-se às questões vinculadas às relações de trabalho, tanto o relato 05 quanto o 06 evidenciam que os empregadores utilizam da afetividade para burlar os direitos das trabalhadoras domésticas. No relato 06, a empregadora propõe um “acordo de cavalheiros”, ou seja, estabelece uma relação de proximidade para deixar de cumprir as obrigações trabalhistas, isso inclui o ato de deixar de pagar o salário. Essa relação afetiva acaba por intervir no salário das empregadas, pois o valor pago passa a variar de acordo com o grau de afetividade que essas trabalhadoras constroem com a família. Essa relação hierárquica passa a se distanciar das relações entre empregadas e patrão. Girard-Nunes e Silva (2013) e Goldsteim (2003) observam que essa relação afetiva entre empregadores e empregadas torna possível uma relação de dominação, à medida que as empregadas domésticas vão construindo laços de afetividade com a família, principalmente na relação com os filhos da patroa.

As narrativas das trabalhadoras 1 e 5 mostram ainda como empregadas domésticas sofrem perdas afetivas ao terem que sair da casa dos patrões, seja por motivo de falecimento

do patrão, seja por “falta” de dinheiro, essa perda afetiva culminou em ambos os sujeitos um sentimento de tristeza e, no caso do sujeito um, a tristeza era tão intensa que pensava em suicídio, ambas as narrativas estão vinculadas a uma saudade, sentimento esse advindo da construção de laços de afeto, sendo assim essas narrativas ilustram o pensamento de Brites (2007) ao expor que, quando uma empregada muda de emprego ou deixa o emprego onde ela criou laços afetivos com a família, ela acaba por sofrer uma perda afetiva, o que pode culminar em grande sofrimento.

Eu cuidava de uma criança de 9 anos, levava ele para as atividades semanais (inglês, judô etc), auxiliava na lição de casa, fazia café da manhã, dava o almoço e levava na escola, cuidava das coisinhas dele, enfim, ficava pra cima e pra baixo em função dele. Uma criança de família rica, pais médicos, trabalhava eu de babá e mais uma pessoa todos os dias para cuidados domésticos e pra fazer a comida. Os patrões não faziam nada, nem sequer cuidavam e davam atenção ao menino. (Relato 7)

A dominação afetiva se manifesta no relato, quando a babá se apega à criança de quem cuida, afirmando que passa o dia “em função dele” e que ele a acompanha em todos os lugares. A profissional sugere, inclusive, que os pais não têm a mesma proximidade com a criança. Outro exemplo de dominação consiste no reconhecimento, tendo em vista que os empregadores permitiram que ela estudasse, como uma concessão. Nesse sentido, Girard-Nunes e Silva (2013) e Goldstein (2003) concordam ao observarem que a relação afetiva entre empregadores e empregadas favorece uma relação de dominação, à medida que as empregadas domésticas vão construindo laços de afetividade com a família, principalmente na relação com os filhos da patroa. Ocorre, no entanto, que são falsos laços de afetividade, considerando as diferenças entre o filho dos empregadores, que detém uma série de privilégios, e os filhos e família da outra empregada, que passaria o Natal sem ceia, dadas suas dificuldades financeiras, que poderiam, mas não foram solucionadas pela patroa. Essa situação é similar à apresentada por Ehrenreich e Hochschild (2004) e Brites (2007) quando relatam que é comum que as crianças criadas por babás sejam tratadas como seus próprios filhos, recebendo todo o cuidado que essas mulheres não podem dar para seus filhos biológicos, por conta do trabalho, bem como essa relação possibilita a criação de laços afetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos aqui a pergunta de pesquisa, bem como o objetivo final do presente artigo que consistiram, respectivamente, em: O que desvelam os relatos de trabalhadoras domésticas

sobre suas condições e relações de trabalho no emprego doméstico? O presente artigo buscou analisar e desvelar essas questões a partir de relatos feitos por trabalhadoras em uma página de uma rede social.

Observou-se que a relação de trabalho que envolve empregador e empregado em diversos casos pode levar à captura e à precarização da subjetividade por meio dos laços afetivos. Ou seja, empregadores buscam criar “parentescos” ou amizades com as empregadas domésticas com o intuito de modificarem sua personalidade, vestes, identidade e, quando essas não “mudam”, em alguns casos se sentem culpadas. É importante expor que a proximidade entra patroa e empregada pode gerar laços afetivos unilaterais, ou seja, só a empregada desenvolve o afeto, enquanto as patroas, na verdade, simulam a existência de um afeto para criticarem o comportamento das domésticas, atingindo assim sua subjetividade e, conseqüentemente, fazendo com que essas se sintam esvaziadas. Em outras palavras, essas práticas possibilitam a criação de um sentimento de precariedade da subjetividade das trabalhadoras domésticas. Essa questão é tão forte que algumas empregadas domésticas chegam a se culpar por acharem que não estão fazendo o melhor que podem no trabalho, em outras palavras é como se não conseguissem corresponder aos afetos “dados” pela família por meio da prestação de serviços.

Contudo, a dominação afetiva torna-se uma ferramenta eficaz para burlar as leis, bem como reduzir os benefícios e facilitar negociações salariais entre a “patroa” e a empregada. Outro ponto importante é que a dominação afetiva adentra a vida dos trabalhadores de tal forma que esses se tornam dependentes dos laços afetivos criados com a família do empregador, contudo não se deve ver essa dependência como carência, mas sim como uma relação de dominação tão eficaz que é capaz de fazer com que esses laços sejam insubstituíveis. Em outras palavras, nem mesmo as pessoas mais próximas das empregadas domésticas conseguem estabelecer laços afetivos que amenizem ou satisfaçam as perdas afetivas.

Por meio da pesquisa tornou-se possível compreender que a apropriação da subjetividade das trabalhadoras domésticas, por meio do controle social, possibilita o estabelecimento da dominação afetiva. Sendo assim, é possível inferir que os padrões emanam esforços para fazer com que trabalhar como empregada doméstica seja uma questão hereditária e que só mulheres pobres herdaram esse trabalho. Porém essa prática objetiva fazer com que empregadas domésticas se sintam inferiores perante suas patroas, logo a melhor remuneração que podem ter é a amizade e os laços afetivos criados com a família dos empregadores.

Por fim, consideramos que o objetivo final do presente artigo foi alcançado de forma parcial, uma vez que o método de análise de narrativas não possibilita criar uma análise crítica e então desvelar muito mais do que foi exposto. Sendo assim, recomendamos, também, para pesquisas futuras estudar os relatos expostos na página utilizando outros métodos, como por exemplo Análise Crítica do Discurso, bem como pesquisas que tenham como objetivo analisar os anúncios de emprego para o recrutamento e seleção de empregadas domésticas ou trabalhos que aprofundem o tema trabalho doméstico e dominação afetiva. Outra sugestão para pesquisas futuras são os processos de adoecimento decorrentes das condições de trabalho das empregadas domésticas, que viriam a demonstrar as consequências físicas e psíquicas da situação precária a que são submetidas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O Avesso do Trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. v. 31, n. 4, p.97-126, 2015.
- BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, v.29, p.91-109, 2007.
- EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. **Global Woman: Nannies, Maids and sex workers in the New Economy**. Holt paperbacks, 2004.
- FERRAZ, D. L. S *et al.* Ideologia, subjetividade e afetividade nas relações de trabalho: análise do filme “Que horas ela volta?”. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 4. n. 1, p. 239-256, 2017.
- GIRARD-NUNES, C.; SILVA, P. H. I. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. **Soc. estado**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 587-606, 2013.
- GOLDSTEIN, D. The aesthetics of domination: class, culture, and the lives of domestic workers. In: **Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown**. Berkeley, University of California Press, 2003
- GONDIM, S. M. G *et al.* Status profissional e gênero na atribuição intercultural de afetos no trabalho. **Rev. Adm. Mackenzie**. v. 10, n. 4, p. 75-99, 2009.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica. **Trabalho Doméstico Remunerado: desigualdades de gênero e raça**. Brasília, 2009.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

KOFES, S. **Mulher, mulheres - identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas: UNICAMP, 2001.

LE GUILLANT, L. Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica. M. In E. A. Lima (Org.). **Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 45-54, 2014.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MUYLAERT, C. J *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014.

NASCIMENTO, M. V. Diarista: empregado, eventual ou autônomo? O dilema permanente da Justiça do Trabalho. **Revista de direito UPIS**, v. 07, p. 21-41, 2009.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Doméstico**. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. [201-]. Acesso em 10 de out. 2018.

RANIERI, J.; SILVA, N. R. A ideologia e sua fundamentação no trabalho. **Perspectivas**, v. 39, p. 179-195, jan./jun. 2011.

SILVA, C. L. L. e outros. O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 1, p. 454-470, jan. 2017.

SILVA, F. G. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psic. da Ed.**, n. 28, p. 169-195, 1º sem. de 2009.

SILVA, M. B. **Patroas e empregadas em Campos dos Goytacazes: uma relação delicada**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual no Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2013.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: Estudando como as Coisas Funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A.P.; MAFRA, F. L. N. A Bichinha é Safadinha: o Imaginário Social sobre a Empregada Doméstica refletido em Músicas Brasileiras. In: VIII Encontro De Estudos Organizacionais *Da ANPAD* 2014, Gramado. **Anais...** Gramado, 2014.

VIDAL, D. A afetividade no emprego doméstico: um debate francês à luz de uma pesquisa realizada no Brasil. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UNB, 1991.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

R. G. MOURA, D. S. ZEFERINO, R. P. NASCIMENTO “# Eu Empregada Doméstica”: Entre A Dominação Afetiva e Precariedade Subjetiva. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 3, art. 1, p. 3-19, mar. 2020.

Contribuição dos Autores	A R. G. Moura	D. S. Zeferino	R. P. Nascimento
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X